



CÂMARA MUNICIPAL

NOVA LIMA

Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Adilson Moraes Braga, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. O senhor vereador Adilson Moraes Braga solicitou a palavra para falar a respeito do infarto que sofreu há pouco tempo e que o fez ir ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Falou que foi uma aberração o que fizeram com o hospital, que recebe R\$ 61.177.000 (sessenta e um milhões cento e setenta e sete mil reais), custeados pela prefeitura, que cobrem oitenta e cinco por cento dos gastos do



hospital e que, mesmo assim, conforme o vereador, não pode ser chamado nem de açougue, pois, em açougue os funcionários sabem manusear carne e no hospital eles colocam o corpo em putrefação. Informou não saber quem faz parte da gestão do hospital e que em momento oportuno solicitará todas as documentações. Afirmou que o que estão fazendo com a saúde pública de Nova Lima é um absurdo e que ninguém lhe disse nada, ele passou por isso e se não tivesse saído de lá, teria falecido, não estando presente para contar a história. Questionou o que estão fazendo com o dinheiro público, informando que vai solicitar várias documentações. Afirmou que a briga não é com o hospital e sim com a gestão, porque tem gente morrendo e estão colocando a culpa na doença e que não se pode aceitar isso. Falou que, no que depender dele, irá puxar a linha do novelo e que virá coisa errada. A vereadora Viviane Gomes de Matos falou que já foi ao hospital e que há pedidos de socorro por parte das pessoas. Agradeceu a Deus pela vida do vereador Adilson e se colocou à disposição para, junto do vereador, participar das ações, para que as vidas dos usuários do hospital sejam garantidas. Afirmou que já passou por questões semelhantes e antes não tinha voz e a voz solitária não consegue, mas que os dois unidos terão mais força. O vereador Adilson Moraes Braga agradeceu, dizendo que se Deus o permitiu viver é porque ele tem uma missão, repetiu que o Hospital Nossa Senhora de Lourdes recebe R\$ 61.167.000 por ano — R\$ 5,98 milhões por mês, porém questionou de que adianta receber tanta verba pública e não ter profissionais qualificados para cuidar da vida da população de Nova Lima. Informou que está com uma emenda aqui de R\$ 320.000 que o deputado Zé Silva mandou para comprar mais um aparelho para o



centro de imagem. A maioria participou da inauguração, mas o aparelho não foi usado com ele, porque não tinha profissional para dar o laudo. Então, questionou se é para enfeite. Informou que vai verificar se as pessoas recebem salário, pois se estiverem, é uma situação irregular, pois se trata de uma fundação. Disse que no momento oportuno vai pedir documentações, pois das coisas dele, ele cuida, para que ninguém chame a atenção dele depois. Pediu que respeitem a população de Nova Lima, pois há dinheiro para ter uma saúde pública de qualidade, porém as pessoas têm que ser respeitadas. Falou que saiu do hospital sem nenhum laudo, que fez exame lá, morrendo no chão, mas não havia ninguém para fazer tomografia. Disse que a esposa chamou alguém para informar que seria por convênio, aí sim apareceu alguém para fazer, porém não havia médico para dar o laudo, então, tiraram o acesso dele, o liberaram, dizendo que podia ir embora, porém, sem laudo médico. Então, se encaminhou para o Hospital Vila da Serra, dando entrada em estado de emergência e já foi para a hemodinâmica, o que salvou sua vida, pois estava com 95% de uma veia obstruída, veia esta que não foi detectada no hospital Nossa Senhora de Lourdes. Lembrou que ele que passou por tudo isso, não foi ninguém que disse. Falou ainda que todos os dias há problemas no hospital e que a Casa tem que tomar providências para que isso acabe. Afirmou que a briga não é com o hospital, mas com quem o está gerenciando. Afirmou que não é contra os profissionais que estão em início de carreira, mas é necessário ter alguém preparado para dar suporte. Lembrou que a Casa Legislativa tem que fiscalizar e que não vai pedir documentos ao hospital, vai solicitar à prefeitura e que enquanto tiver voz, vai cobrar, doa a quem doer. Informou que



no momento oportuno irá fazer requerimento verbal para que todos ouçam o que vai pedir ao hospital, porque não se pode permitir tanta banalidade, negligência. Afirmou que irá processar o hospital e deixou claro que, a partir de agora, o gabinete terá um advogado para atender à população de Nova Lima: quem não tem condições, terá apoio do seu gabinete. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao vereador Gliverson Junio Dias Marques, que, primeiramente agradeceu a Deus, que tem poder sobre as vidas e disse ter certeza de que Ele olhou pelo vereador Adilson Braga. Disse que o vereador Adilson Moraes Braga tem uma missão na Terra para cumprir com a população de Nova Lima, com muito respeito e carinho. Informou que o gabinete está à disposição, pois é formado na área. Concordou com a vereadora Viviane Matos, que os vereadores unidos é questão essencial. Pediu a Deus que abençoe o vereador Adilson Moraes. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo pediu a Deus que ninguém mais passe pelo que o vereador Adilson Moraes passou, pois estão falando de vidas. Disse que é fundamental fazer uma averiguação, para que não haja demonização de toda uma instituição, dizendo que é necessário falar com razão e emoção. Falou que já foi operado no Hospital Nossa Senhora de Lourdes e que teve uma experiência completamente diferente do que o vereador Adilson Moraes teve, foi muito bem atendido, voltou para casa são e salvo, porém é importante que se acompanhe tudo com clareza e firmeza e concordou que é necessário responsabilizar quem tem que ser responsabilizado. O vereador Adilson Moraes Braga concordou com o vereador Álvaro Azevedo, que não se deve generalizar e que tudo tem que ser investigado. Afirmou que não está lá para julgar A ou B, mas que



quer investigar e que quem fez errado, que seja penalizado. Disse que também já passou por cirurgia no Hospital Nossa Senhora de Lourdes e que foi bem-sucedida, mas que, infelizmente, as reclamações têm aumentado, tendo até perdido sangue de pessoas que iriam fazer exames, de tão lotado que o hospital estava, liberando pacientes que estavam com dor no peito porque o sangue sumiu e isso não pode acontecer. O vereador Anísio Clemente Filho informou que em 2023 teve um desmaio e foi ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes e o tratamento foi ruim, com o diagnóstico vindo após quatro dias. Disse que no Hospital Biocor ficou na hemodinâmica e estava com 95% de obstrução das artérias, colocando dois stent's, se tivessem demorado mais um pouco, ele teria falecido. Informou que o que falta no hospital é gestão e uma hemodinâmica e que na época em que era Presidente da Casa, o dr. João Carlos veio e explicou tudo sobre a hemodinâmica do hospital, sendo que, inclusive, um tomógrafo foi doado na época. Disse que o problema do hospital é gestão, a parte cardiológica tem que ser revista, não só pela Secretaria de Saúde, mas também pelo hospital e pela prefeitura. O vereador Adilson Moraes Braga lembrou que o vereador Anísio Clemente Filho falou algo muito importante, pois a questão da hemodinâmica é muito importante. Pelos cálculos que fez, para manter uma hemodinâmica funcionando com funcionários capacitados, bastaria 15% da verba repassada ao hospital e está na hora de repensar. O vereador Cláudio José de Deus falou que o filho cortou o braço num box Blindex, cortou muito, foi levado ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes, chegaram na troca de turno, o rapaz com camisa amarrada no braço, sangue escorrendo, pedindo atendimento e não conseguiram. O vereador afirmou que



levou o filho ao Biocor, foi atendido na hora, levou vários pontos, ficou afastado do serviço, disse que a filha dele não conseguiu sair de lá. Falou que o gabinete recebe muitas reclamações e que toda hora é um problema diferente. O vereador Wesley de Jesus Silva disse que se solidariza com o vereador Adilson Moraes, agradeceu a Deus por ele estar na reunião e disse que o vereador pode contar com o apoio dele para buscar essas informações junto ao hospital. Afirmou que esteve no hospital no início do ano, fez questionamento ao diretor, junto de outros vereadores sobre o motivo de a hemodinâmica não ter sido instalada, pois o prédio foi construído para essa finalidade, sendo vendida a ideia de que o serviço seria prestado em Nova Lima, projeto encampado pelo doutor João Carlos, especialista que atua no Vila da Serra há muitos anos. O Senhor Presidente informou que o vereador Adilson Moraes Braga tem o apoio da Casa, que todos acompanharam a luta dele e da esposa, que ele pode contar com o apoio dos vereadores, das comissões, que a luta do vereador é a luta de todos e afirmou ter certeza de que, juntos, conseguirão sair vitoriosos e melhorar muito. Relembrou o que foi dito pelo vereador Adilson Moraes, que são 60 milhões de reais que são repassados para o hospital, representando quase 25% do orçamento do município para a saúde. Então, é um valor que realmente precisa cobrar e averiguar como as coisas estão sendo feitas lá. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por quatorze votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício



nº 336/2025. Nova Lima, 18 de junho de 2025. Do Prefeito Municipal João Marcelo Dieguez Pereira. Ao Presidente da Câmara. C/C à Vice-Prefeita Municipal Cissa Caroline Ferreira Souza. Assunto: férias Prefeito Municipal. Informa que irá gozar férias no período de 23/06/2025 a 02/07/2025. Comunica que, neste período, o Poder Executivo restará confiado à Exma. Sra. Vice-Prefeita. Em razão disto, solicita a adoção das medidas regimentais de estilo. O vereador Abner Henrique Santana Soares disse se solidarizar pelo ocorrido com o vereador Adilson Moraes Braga, disse que está junto do vereador nessa luta e comemorou a recuperação do vereador. Pediu a Deus que o abençoe e dê vida longa. Informou que no dia anterior esteve, na audiência pública a respeito da construção do terminal de Nova Lima, na qual outros terminais também foram propostos, através de uma parceria público-privada entre o Governo do Estado e algumas outras instituições. Disse que a proposta, pelo menos no argumento, visa a melhoria da mobilidade urbana e da infraestrutura. Apesar da baixíssima mobilização, estiveram presentes: o vereador Abner, o Presidente, vereadores Gliverson, Ismael, Pedro, Nilton, Adilson e Viviane. Reclamou que a audiência foi marcada para uma segunda-feira à noite, haviam poucas pessoas presentes para tratar de um projeto que vai impactar a vida de, pelo menos, quarenta e cinquenta mil pessoas, sendo que o número exato que foi colocado foi sessenta mil pessoas e não tinha ninguém participando dessa reunião, sendo apresentado um modelo de projeto que não contempla as respostas do que a população precisa, não foram colocados valores, nem mudanças nas linhas, nem os trajetos, nem um cronograma com prazos para as mudanças previstas. Ou seja, deram uma informação para a população de



que será construído um terminal em nome da mobilidade, mas o governo não sabe responder às principais dúvidas. Informou que foi dito que, num primeiro momento, as linhas continuarão fazendo exatamente o mesmo trajeto - A operação das linhas será adequada aos poucos, após a instalação do terminal. E isso é grave. Conforme a avaliação da demanda, a ideia é que futuramente haja integração dos sistemas metropolitanos com o municipal. Então, o mapa de atendimento das linhas será o mesmo de hoje, porque não há nenhuma alteração prevista no momento. Então, questionou o que justifica a construção desse terminal, se o Governo do Estado não sabe a demanda e não sabe quais alterações serão necessárias. Afirmou que essa audiência não é suficiente e que é necessário trazer essa discussão para a Casa Legislativa também, pois a população continua sem respostas. Disse que o projeto pode ser positivo, talvez o terminal pode ajudar e trazer a solução para o problema de mobilidade, mas com o que foi apresentado na Audiência Pública não se tem condições de definir se será bom ou ruim. Falou que não se sente confortável em participar de uma Audiência Pública como aquela, se posicionar e ir embora sem respostas. Lembrou que o modelo atual de mobilidade é ruim, que a concessão do Estado ao Consórcio Metropolitano é péssima, os ônibus são lotados, têm problemas de horários, problemas de estrutura. Lembrou que já foi falado várias vezes sobre os acidentes e todos os problemas que a Saritur causa no município e ainda tem a luta pela parada dos ônibus da Via Ouro no BH Shopping - Então, antes de propor uma solução nova, inovadora, que vá atender melhor a população, seria melhor cuidar do que já existe, melhorando o serviço prestado. Solicitou que a Casa Legislativa assumo



protagonismo, sob a liderança do Senhor Presidente, com o apoio do vereador e, com a certeza de que será unânime, para que se possa trazer a discussão para o Poder Legislativo, para tentar dar mais lucidez e esclarecimento à população. Citou um trecho de seu desabafo sobre a condução da audiência pública para apresentação do projeto do novo terminal rodoviário metropolitano em Nova Lima: “Aqui está a versão com correção ortográfica e de pontuação, mantendo o tom original e a força das falas: ‘A indignação é pelo fato de se realizar uma Audiência Pública em plena segunda-feira, às 19h, sem que nós, vereadores, fôssemos devidamente comunicados sobre um tema de tamanha relevância para o município de Nova Lima. Enfrentamos hoje uma luta por mobilidade urbana — pauta que o vereador Abner tem levantado com o apoio de todos os vereadores — e o que vimos naquela apresentação, Presidente, foi um descaso. Isso me deixou indignado, e deixei isso bem claro para eles. Se depender do meu apoio como vereador, esse projeto não terá tramitação. A população de Nova Lima, quando se fala em audiência pública, tem que estar presente. E o que vimos foi uma reunião às 19h, no fundo do Centro Educacional da AngloGold, sem a presença da população para escutar e entender. Além disso, a apresentação foi caótica, Presidente’.”. Disse que, como o vereador Pedro Dornas mencionou, o projeto não tramita na Casa, mas com a liderança do Senhor Presidente, tem certeza de que as coisas podem ser tratadas de outra forma, a população de Nova Lima merece respeito - E o que foi visto foi, literalmente, um desrespeito. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro afirmou que todos estão diante de um “Cavalo de Tróia”, sendo objetivos. Falou que se não ficarem atentos, o governo do



Estado vai colocar no coração da cidade esse terminal rodoviário e o receio que se tem é que as linhas de ônibus para Belo Horizonte deixem de passar pelo centro histórico da cidade, sob um pretexto de que, tirar os ônibus do centro seria uma solução viária, o que, na opinião do vereador, seria um prejuízo para grande parcela da população de Nova Lima, que acorda muito cedo para trabalhar, estudar, fazer seus afazeres em Belo Horizonte e é necessário agir rápido, pois, se o governo do Estado tiver tomado realmente essa decisão e os vereadores não reagirem imediatamente, não terão a menor condição de participar de nenhuma discussão. Falou que, como já teve a oportunidade de dirigir um processo de implementação de uma PPP – Parceria Público Privada, sabe que uma Audiência Pública realizada, às vezes, ela acontece meramente por questões de legislação. Afirmou que o que se viu na audiência no Centro de Educação Ambiental foi uma reunião proforma, em que não fizeram nenhum esforço de nenhum dos vereadores estarem presentes, sendo que a grande maioria ficou sabendo por alguma situação aleatória, cada um tendo que se organizar do próprio jeito para poder estar lá e fazer os questionamentos, sendo que, na verdade, os próprios vereadores saíram sem as respostas que precisavam. Afirmou não estar convencido de nada do que foi lá escutar, não tem segurança nenhuma. Disse que, o que a população precisa entender é que essa decisão não passa pela Câmara Municipal. Falou que se a Casa Legislativa não encontrar uma forma, com a liderança do Senhor Presidente, de travar a questão, para colocar os responsáveis sentados com o povo de Nova Lima para se discutir se é isso que a população quer, se é isso que vai fazer uma mudança positiva na vida das pessoas, os vereadores serão tratorados. Afirmou que não



faz sentido construir um terminal rodoviário perto dos Supermercados BH ali da Avenida e achar que os ônibus vão continuar rodando no centro da cidade e os primeiros slides diziam muito claramente que o processo é objetivamente para retirar os ônibus do centro da cidade. Questionou como ficará a questão dos ônibus que passam pela Avenida José Bernardo de Barros, descendo a avenida como um todo, passando pela Antônio Jardim, região da Praça do Mineiro, região perto do antigo Batalhão da Polícia Militar: vão passar por ali mesmo, não vão passar mais? Pois ali se concentra grande parte da população que usa o transporte intermunicipal. Segundo o vereador, pelo que parece, é uma solução que agrada à empresa, o Estado, mas que em nada agrada à população de Nova Lima. O vereador Gliverson Junio Dias Marques se disse indignado pelo fato de ter uma Audiência Pública em plena segunda-feira, dezenove horas, na qual os vereadores não foram comunicados, sendo uma audiência de tanta importância e relevância para o município de Nova Lima. Falou que o município enfrenta uma luta de mobilidade urbana, onde está sendo estudado, sendo uma pauta levantada inclusive pelo vereador Abner, com o apoio de todos os vereadores e o que o vereador viu na Audiência foi um pouco caso com todos o que o deixou indignado e que ele deixou isso bem claro que se depender do apoio dele como vereador, não terá. Afirmou que, quando se trata de audiência pública, a população de Nova Lima tem que estar presente e nessa audiência não havia ninguém presente, além de ser uma apresentação caótica. Disse que os vereadores têm força, têm voz e que tem certeza de que as coisas podem ser tratadas de outra forma, porque a população de Nova Lima merece respeito e o que houve na audiência pública foi desrespeitoso com a



população. O vereador Ismael Soares da Cruz disse que foi uma falta de respeito e que a população questionou: “Por que foi uma audiência não pública?”. Citou o vereador Gliverson que questionou o porquê de uma audiência pública ser realizada no final dos Cristais, no CEA, onde não passa ônibus, não há iluminação e a população não tem acesso e o que ele sentiu foi um atropelo total, um descaso com a nossa população e com a necessidade urgente de melhorias no transporte público. Disse que quando questionou o tempo que os usuários perderiam com o novo trajeto, a resposta foi que eles poderiam “tomar um cafezinho no terminal”. Perguntou: “Quem quer ir ao terminal tomar café?”, afinal, o usuário quer tomar café em casa, com sua família. Disse que todos os vereadores compactuaram com uma solução simples: permitir que o transporte público municipal pare no Mega Shopping. Afirmou que o na audiência disseram que o terminal de Nova Lima terá cinco linhas, enquanto o BH Shopping tem 10 ou 15 e quando o Presidente questionou sobre o Jardim Canadá e a região Noroeste, a resposta foi que não fazem parte do terminal - A linha Santa Rita seguirá passando por Honório Bicalho, Nova Suíça, Bela Fama, Alto do Gaia, e parará no terminal para depois embarcar em outro ônibus para Belo Horizonte - O que antes levava uma hora, agora levará duas, com o trânsito caótico do Vila da Serra e Belvedere. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo disse que não participou da audiência pois não sabia que ela aconteceria, pois não foi uma audiência pública. Disse que há caminhos que podem ser seguidos: O presidente da Grambel é o prefeito da cidade, e quando o assunto é a região metropolitana, ele pode — e deve — contribuir nesse debate. Antes de ser presidente da Grambel, ele é prefeito de Nova Lima.



Só se elegeu presidente da Grambel porque ocupa esse cargo. Afirmou que ele é a pessoa adequada para entrar nessa discussão e defender os interesses da cidade que lidera - E como se está numa Casa onde se faz política, se articula, se compõe, se discorda com respeito, porém se o diálogo não funcionar, há outra ferramenta: a Justiça - Se o povo não for ouvido, deve-se brigar na Justiça com quem for preciso. O vereador Nilton da Cruz Oliveira se disse solidário ao vereador Adilson Moraes e agradeceu a Deus pela vida dele e por estar presente lutando pelas demandas do povo. Falou que deveriam pedir o cancelamento da Audiência Pública ocorrida no dia anterior. Disse que o Governo do Estado precisa enxergar as autoridades e, principalmente, o povo, pois foi uma audiência feita apenas para cumprir formalidade judicial não é válida. Falou que o terminal vai prejudicar boa parte da cidade e beneficiar empresas de Belo Horizonte, que vão despejar os passageiros em Nova Lima, aumentar seus lucros, e deixar o povo se virar — de mototáxi, Uber, Via Ouro — esperando 40 minutos ou mais para embarcar rumo à Belo Horizonte. Afirmou que o terminal é meia-boca e que, em seu ponto de vista, nem há necessidade desse dele, pois a rodoviária de Nova Lima já cumpre esse papel. Disse que o que está sendo feito é algo apressado, estranho - Já falam em leilão, assinatura de contrato, tudo até o fim do ano, parece que estão cumprindo acordos feitos lá atrás. Concordou que a discussão precisa acontecer, sim, mas com respeito às autoridades, ao povo, aos usuários. Disse que na audiência do dia anterior disseram que não foi feito na Câmara por falta de espaço, mas, segundo o vereador, não é verdade. Afirmou que a audiência foi feita num lugar onde não passa ônibus, onde a população não tem acesso,



sendo que ele mesmo só soube na última hora e os questionamentos que fez nem foram respondidos — porque não tinham resposta, e os que responderam, responderam com mentiras. Falou que, da forma como foi feita a apresentação no telão, se a população estivesse presente, não teria entendido nada - Foi feito de forma proposital para dificultar a compreensão. Afirmou que se quisessem transparência, teriam feito como fez o vereador Pedro Dornas: com um vídeo mostrando o trajeto do ônibus, onde ele para, onde embarca, onde desembarca, qual linha pega depois, se quisessem clareza, teriam feito assim. Disse que enquanto não houver discussão clara, também será contra. Disse querer que tragam clareza para esta Casa, que a população participe em peso e que tem certeza de que a Câmara está de portas abertas para recebê-los, porque quem vai sofrer no dia a dia é a população — e ela não está ganhando nada com isso, muito pelo contrário: vai ganhar mais uma ou duas horas sentada em bancos duros, em ônibus lotados, sem ar-condicionado. Afirmou que se todos se reunirem, terão força para cancelar essa audiência que foi feita e pedir outra, com a participação efetiva da população. A vereadora Viviane Gomes de Matos falou que acessou alguns links e descobriu que são quatro municípios envolvidos: Nova Lima, São José da Lapa, Ribeirão das Neves e Contagem. Sugeriu envolver as outras Câmaras Legislativas - Há municípios que estão construindo com recursos próprios, é uma concessão de 30 anos. Tudo está nos links — quando questionam, a resposta é sempre: “está no link”. Disse que a preocupação maior é com o quanto o município irá subsidiar para que isso aconteça, já que é uma integração entre vários municípios - A agência realmente não está esclarecendo nada. Quando se entra nos



links, como o manifestos@infraestrutura.m.gov.br a compreensão não é clara. Disse que é necessário unir forças com os demais municípios para entender se eles tiveram outra leitura que não a nossa. Questionou: “Por que alguns estão construindo esses terminais com recursos próprios?”. Falou que a Agência Metropolitana também está envolvida em outros projetos, como a linha férrea e que os vereadores precisam entender melhor para onde estão indo. Sugeriu que se faça uma audiência pública integrada entre as Câmaras, para que se possa, juntos, obter respostas do governo. Concordou com o Pedro Dornas disse: ou se toma a frente disso imediatamente, ou, quando perceber, já estará tudo feito. O vereador Danúbio de Souza Machado pediu a Deus que abençoe o vereador Adilson Moraes. Disse que todos os vereadores que foram à audiência estão de parabéns pelos posicionamentos. Falou que tinha se programado para ficar até as votações, mas precisaria se retirar para ir para um congresso de segurança pública em São Paulo e que precisava pegar o último horário de transporte, se não saísse naquela hora, perderia. Pediu desculpas por não permanecer na reunião, desejou boa reunião a todos e afirmou que podem contar com ele nos processos e projetos. O vereador Adilson Moraes Braga disse que todos que compareceram ouviram que esse é o projeto mais caro entre as cidades — R\$ 48 milhões e, então, a Casa poderia adiantar e investigar de quem é o terreno que está sendo comprado por R\$ 23 milhões. Disse que fica atrás do BH, ao lado da BR, um terreno íngreme. E que precisam entender de quem é esse terreno para começar a entender essa situação - A Câmara pode pedir essa informação à prefeitura. O Senhor Presidente afirmou que ficou muito contente em ver o nível da discussão e a união de todos os vereadores com o mesmo



propósito. Disse que não houve uma audiência pública — isso é fato, foi uma reunião que nem pública era - Eles não esperavam os vereadores, a Casa não foi comunicada, a maioria dos vereadores não foi comunicada. Disse que justificaram a ausência de alguns porque não conseguiram avisar a tempo. Ele e o vereador Ismael estavam em Honório Bicalho, com a vereadora Viviane, quando o vereador Ismael o alertou sobre a reunião - Não estava na agenda. Desmarcaram o que tinham para entender do que se tratava. Questionou por que não um terminal próximo ao BH Shopping? Afirmou que nenhum dado apresentado envolvia a população, em nenhum momento o munícipe foi ouvido, não houve menção às cidades vizinhas, como Rio Acima e Raposos - Os vereadores dessas cidades também deveriam ter sido convidados. Disse que o terminal é, de fato, para impedir que os ônibus entrem nos bairros de Nova Lima. Questionou se vai se criar mais linhas para levar os passageiros até lá, pois isso vai cair no bolso do usuário. Falou que o vereador Álvaro falou muito bem: pode-se solicitar uma reunião na Grambel com o prefeito João Marcelo, que preside a instituição. Disse ter certeza de que ele não tem conhecimento pleno do que está acontecendo. Falou que a Secretaria de Trânsito também não estava lá e que quem os representou demonstrou total desconhecimento, pois nenhuma pergunta dos vereadores foi respondida. Disse que o bairro Jardim Canadá, por exemplo, não é atendido pela mesma concessão que o centro de Nova Lima, mas nas cidades ao redor, é a mesma concessão, então é preciso atenção, pois quem vai pagar a conta, mais uma vez, é a população. Disse ter certeza de que, com a força que os vereadores têm, junto da população, conseguirão barrar a construção. Lembrou que não



cabe a esta Casa fazer e legislar sobre aquilo, mas dentro do município, um terminal com construção de 12.000 m² e que talvez a região nem permite uma construção daquele tamanho. Afirmou que não pode ser construído dentro do município sem passar pela Casa, sem passar pelo Executivo - Não pode ser goela abaixo pelo capital econômico. Questionou qual é o benefício para a população de um terminal, pois é impossível fazer um estudo desse tamanho e não saber qual é o impacto para a população - E isso foi claro: eles não sabem qual é o impacto. Disse que eles não citaram, em hora alguma, benefícios para a população, com exceção do cafezinho, que foi citado dois, três, quatro momentos ali. Lembrou que a Casa não foi comunicada, não foi solicitado. Afirmou que, com certeza, se fosse solicitada uma reunião dessa, a Casa estaria de portas abertas para uma discussão tão ampla, que precisa envolver a população. Disse que vão solicitar agenda e o primeiro agendamento que deve ser solicitado é aproveitar a oportunidade que se tem aqui com o prefeito João Marcelo, que estará de portas abertas para os receber, esclarecer e levar até onde for necessário. Disse que as outras câmaras, como já citado, a Casa já está em contato com algumas para entender como está o processo nos municípios deles e tirar conclusões juntos. Lembrou que a região metropolitana envolve muita coisa, a capital, Belo Horizonte, está aqui do lado, há uma dificuldade de mobilidade urbana muito grande na cidade e na nossa região e esse terminal, de fato, não contempla em momento algum a mobilidade urbana no município e na região. O vereador Abner Henrique Santana Soares afirmou que mobilidade não é uma pauta que um vereador sozinho consegue carregar. Disse que batem nessa tecla o tempo todo, mas sozinho não tem a mesma força.



Afirmou que os demais vereadores estão encampados nessa luta, agradeceu ao Senhor Presidente por essa sensibilidade. Disse que a força da presidência da Casa é muito maior do que a de um vereador isolado. Falou que é bom ver que há um Presidente que, em todos os assuntos importantes e relevantes para a cidade, tem exercido essa liderança, abraçado as demandas dos vereadores e dado força para que as coisas aconteçam. O Senhor Presidente falou que qualquer problema estrutural não será resolvido com soluções pessoais e individuais — sempre no coletivo e é dessa forma que esta Casa vai agir, com a força de todos, contando muito com o Executivo e com o setor de trânsito. Disse acreditar que juntos conseguirão chegar a uma solução, ou pelo menos tentar entender o que significa esse terminal, já que todo mundo saiu de lá com a mesma conclusão: zero. O Senhor Presidente pediu desculpas à população, pois é um tema de extrema importância e houve a necessidade de antecipar a discussão, pois todos saíram descontentes. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.562/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente o quadro constante no art. 1º da Lei Municipal nº 3.193, de 31 de dezembro de 2024, majorando o valor destinado para as entidades que indica”. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou a palavra, cumprimentou o vereador Adilson Moraes, desejando forças, sucesso, que Deus o abençoe e solicitou que o Senhor Presidente consultasse o Plenário para pedir parecer conjunto sobre o projeto. A solicitação do vereador Silvânio Aguiar foi aprovada pelo Plenário por quatorze votos e o projeto foi encaminhado para confecção de parecer conjunto das comissões de Legislação e Justiça,



Serviços Públicos Municipais e Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 2) Projeto de Lei nº 2.563/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 2.613, de 19 de dezembro de 2017”. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou a palavra, e pediu que o Senhor Presidente consultasse o Plenário para pedir parecer conjunto sobre o projeto. O senhor vereador Wesley de Jesus Silva solicitou a palavra, dizendo que o referido projeto tem por finalidade aumentar a taxa de iluminação pública por efeito secundário, então, solicitou que o projeto tramitasse dentro das comissões regulares, principalmente dentro da comissão de orçamento, para que se possa saber qual é o impacto, qual o aumento real. Questionou se a prefeitura consegue mensurar o que significa na conta de cada cidadão nova-limense. Disse que gostaria muito que se pudesse avaliar com mais cuidado, tendo em vista que está se falando de aumento de uma taxa que vai para a conta de energia elétrica de todo cidadão nova-limense. O senhor vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou a palavra e, dirigindo-se ao vereador Wesley de Jesus Silva, disse que, em tese, a lei que foi votada em 2017 deixou de fora algumas ações da administração, como, por exemplo, a questão de quando uma igreja vai fazer algum evento e que precisa do que se diz ‘gambiarra’, precisa do ponto específico, então está prevendo que se faça isso. Falou que gostaria de ponderar com o vereador Wesley que haverá duas reuniões antes do recesso e o parecer conjunto irá tramitar e disse acreditar que nesse meio tempo o vereador terá tempo de sanar essas questões e aí, caso não seja sanado na próxima reunião, que a votação seja adiada ou tenha pedido de vistas. Disse acreditar ser importante que fosse dessa forma. Reiterou o pedido de parecer conjunto. O vereador Wesley de Jesus



Silva solicitou a palavra e disse que votou nas últimas semanas com o governo sem passar qualquer informação sobre projeto. Disse que o projeto está totalmente seco, sem nenhum impacto financeiro. Falou que votou porque era importante para a população novalimense. Citou Honório Bicalho pelo pedido de empréstimo de cinquenta milhões de reais, tendo em vista a importância que a população de Honório Bicalho tem da obra que foi estabelecida. Falou que aumentar tributo para o cidadão como um todo em um município que acabou de fazer uma PPP – Parceria Público Privada e é obrigação da empresa particular assumir os riscos do negócio acredita ser de uma irresponsabilidade muito grande da parte do próprio vereador votar sem um estudo financeiro, sem saber quais são os impactos. Disse que não está falando dos cofres públicos, falou que está se falando de repassar à uma empresa privada, porque foi feita uma PPP – Parceria Público Privada. Afirmou que conhece a legislação, pois estava quando foi aprovada em 2017 e disse insistir que a Casa não pode aprovar um projeto de lei dessa envergadura em duas semanas. Disse acreditar que se deve haver um tempo, a tramitação ideal e adequada para um projeto dessa natureza. O senhor vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou a palavra disse respeitar a opinião do vereador Wesley de Jesus e continuou solicitando que seja submetido o projeto ao Plenário, disse que gostaria de deixar claro que não significa aumento nas contas e afirmou que está solicitando parecer conjunto e não que seja votado na mesma reunião. O vereador Wesley de Jesus Silva solicitou a palavra disse que o pedido do vereador Silvânio Aguiar chega a ser desrespeitoso, pois há o costume de quando alguém da comissão pede, o pedido é atendido. Disse que a conta de luz já irá



aumentar devido a questões nacionais, porém, não é possível garantir que o projeto não irá acarretar aumento, pois nele não constam estudos. Falou que é um projeto simples, que muda o artigo e traz uma mensagem do prefeito, sem trazer pormenores, sem trazer detalhes do projeto, o que considera importante. A solicitação do vereador Silvânio Aguiar foi aprovada pelo Plenário por doze votos favoráveis e um contrário, do vereador Wesley de Jesus Silva e o projeto foi encaminhado para confecção de parecer conjunto das comissões de Legislação e Justiça, Serviços Públicos Municipais e Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 3) Projeto de Lei nº 2.564/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 2.164, de 12 de julho de 2010”. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou a palavra e pediu que o Senhor Presidente consultasse o Plenário para pedir parecer conjunto sobre o projeto. A solicitação do vereador Silvânio Aguiar foi aprovada pelo Plenário por doze votos e o projeto foi encaminhado para confecção de parecer conjunto das comissões de Legislação e Justiça, Serviços Públicos Municipais e Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Direitos referente ao Projeto de Lei nº 2.535/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Autoriza e institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua do Município de Nova Lima, do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Adilson Moraes Braga solicitou a palavra e questionou se no referido projeto consta uma emenda, o qual foi respondido positivamente pelo Senhor Presidente. O vereador Adilson Moraes Braga falou que o



projeto irá contribuir muito para o município e deixou um convite aos vereadores, para aqueles que querem assinar com ele e participar, considera que quanto mais forças houverem, para mudar essa situação, melhor. Disse acreditar que é um projeto que irá facilitar muito a vida do Poder Executivo para que se possa tomar as decisões corretas com relação aos moradores em situação de rua. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro solicitou a palavra disse querer corroborar com o dito pelo vereador Adilson Moraes e falou acreditar que o projeto já estaria maduro para ser votado. Solicitou que fossem dispensados interstícios, dispensando eventuais comissões e que o projeto fosse encaminhado para votação na mesma reunião. Falou que o vereador Adilson Moraes construiu o projeto de uma maneira muito correta e está preparado para ser votado para que, de fato, virem ações efetivas do Poder Executivo Municipal, com a emenda que a comissão apresentou. O vereador Adilson Moraes Braga falou que não iria solicitar a dispensa de interstícios ao projeto, porém, caso os vereadores concordassem, pediria. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou ao vereador Adilson Moraes Braga que assinasse o projeto conjuntamente com o autor, pois considera um projeto importante para o município. O vereador Ismael Soares da Cruz disse acreditar que o projeto está maduro para ser votado e que vai facilitar muito para que as políticas públicas possam ser executadas. O vereador Gliverson Junio Dias Marques solicitou a palavra e pediu para assinar o projeto conjuntamente com o vereador. O Senhor Presidente consultou o Plenário e colocou em votação a solicitação a dispensa de interstícios e que seja feita a votação em dois turnos. O Plenário aprovou a solicitação por treze votos e o projeto foi



encaminhado à segunda parte da reunião para votação. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.543/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Cria a semana municipal de valorização do comércio local e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.547/2025, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o serviço de transporte urbano complementar de passageiros em veículos de baixa capacidade, denominado de subsistema do transporte urbano especial complementar de passageiros e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Segurança Pública, Trânsito e Transportes. 4) Parecer da Comissão de Saúde Pública referente ao Projeto de Lei nº 2.548/2025, autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Dispõe sobre o direito de acompanhamento durante consultas médicas e atendimentos de urgência e emergência realizados nas unidades públicas de saúde e nas entidades conveniadas, contratadas ou subvencionadas pelo Município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O senhor vereador Gliverson Junio Dias Marques solicitou a palavra e parabenizou o vereador Cláudio José de Deus como presidente da comissão e ao vereador Ismael Soares, juntamente com o vereador Silvânio Aguiar. Disse que é um projeto de lei de grande relevância e disse saber que o acompanhamento do paciente tem uma grande importância na reabilitação e há o exemplo do próprio vereador Adilson Moraes que teve acompanhamento que o fortaleceu até



chegar ao local mais adequado para poder fazer o tratamento. Disse acreditar muito no projeto de lei, que vem de encontro, realmente à qualidade de vida e à sobrevivência dos pacientes no município. Parabenizou o vereador autor pelo projeto. O vereador Cláudio José de Deus agradeceu as palavras do vereador Gliverson Marques. 5) Parecer da Comissão de Saúde Pública referente ao Projeto de Lei nº 2.554/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Institui o Programa Melhor em Casa Pediátrico no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.558/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Dispõe sobre a inclusão do evento cultural anual ‘Fogueirão da Boa Vista’ no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques solicitou a palavra e pediu que o projeto tivesse dispensa de interstícios e fosse encaminhado para votação para votação em dois turnos. O Senhor Presidente consultou o Plenário que aprovou a solicitação do vereador Gliverson Marques por treze votos. 7) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.559/2025, autoria dos vereadores Viviane Gomes de Matos e Danúbio de Souza Machado, que “Dispõe sobre a concessão e a manutenção do



Título de Utilidade Pública Municipal no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. A vereadora Viviane Gomes de Matos solicitou a palavra e pediu a dispensa de pareceres e interstícios e que fosse encaminhado para primeira e segunda votação na mesma reunião. O Senhor Presidente informou que, como o vereador Danúbio de Souza Machado se encontrava ausente, o projeto não poderia ser votado na referida reunião. 8) Parecer da Comissão de Direitos Humanos referente ao Projeto de Resolução nº 197/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Institui o Banco de Ideias Legislativas no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 9) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 480/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Fabrício Souza Ribeiro”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou a palavra, agradecendo aos vereadores da Comissão Especial que votaram favoravelmente ao projeto e pediu a dispensa de interstícios e que o Senhor Presidente consultasse o Plenário e o projeto fosse votado na referida reunião. O Senhor Presidente consultou o Plenário que aprovou a solicitação do vereador Silvânio Aguiar por treze votos favoráveis - o projeto foi encaminhado para votação. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.542/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de lei específica para a atualização da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, veda sua



atualização por decreto no âmbito do Município de Nova Lima/MG, e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a leitura de emenda modificativa apresentada. O vereador Nilton da Cruz Oliveira apresentou emenda modificativa nº 01: “Altera a redação proposta do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.542/2025. Art. 1º - Redação proposta: A atualização da base de cálculo do IPTU que implique aumento real do valor venal dos imóveis dependerá de lei específica aprovada pela Câmara Municipal. § 1º A atualização monetária com base em índices oficiais de correção inflacionária poderá ser realizada mediante decreto do Poder Executivo”. O senhor vereador Wesley de Jesus Silva solicitou a palavra dizendo que, com as autorizações implementadas pelo Governo Federal na reforma tributária, a partir de 2026 o prefeito poderá aumentar por meio de decreto as atualizações da base de cálculo do IPTU. Disse que, no passado, teve oportunidade de discutir e teve outro posicionamento na época. Informou que conversou com aliados e que foi convencido que o IPTU do município é considerado baixo e traz, por meio do projeto, essa grande preocupação para que não venham ser pegos de surpresa com nenhum aumento de IPTU por meio de decreto. Informou que o projeto de lei estabelece que para aumentar o IPTU tem que passar pela Casa Legislativa, por meio de lei, mediante audiência pública, que é o que já vinha ocorrendo e que tem que ocorrer até dezembro deste ano. Fez o pedido de voto e agradecimento. O Senhor Presidente solicitou que as emendas apresentadas sejam votadas em separado. O Senhor Secretário realizou leitura de Emenda Supressiva apresentada pelo vereador Nilton da Cruz Oliveira: “Emenda Supressiva 02: Suprime o § 2º do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.542/2025: ‘Texto



suprimido: ‘O não cumprimento da exigência de audiência pública tornará nulo o procedimento legislativo’’. O Senhor Secretário realizou leitura de Emenda Aditiva apresentada pelo vereador Nilton da Cruz Oliveira: “Emenda Aditiva nº 03: Acrescenta novo artigo ao Projeto de Lei nº 2.542/2025: ‘Art. X – Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação’’. O Senhor Secretário realizou leitura de Emenda de Redação apresentada pelo vereador Nilton da Cruz Oliveira: ‘Emenda de Redação nº 04: Ajusta a redação técnica de dispositivos do Projeto de Lei nº 2.542/2025: ‘Correções sugeridas: Onde se lê: ‘atualização da base de cálculo do IPTU’ leia-se: ‘atualização do valor venal dos imóveis que integra a base de cálculo do IPTU’’. Em discussão, o vereador Nilton da Cruz Oliveira solicitou a retirada das emendas, por acreditar que não terá seguimento. O Senhor Presidente solicitou a leitura da próxima emenda. O Senhor Secretário solicitou a leitura da emenda apresentada pelo vereador Wesley de Jesus Silva: ‘Emenda Aditiva e Modificativa: Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto de Lei: Art. 3º - Fica autorizada a atualização anual do IPTU exclusivamente com base em índice oficial de correção monetária, a ser definido em lei orçamentária, desde que não implique em alteração da base de cálculo ou do valor venal do imóvel. Parágrafo único: A atualização prevista no caput não se confunde com a atualização da base de cálculo prevista no art. 1º sendo vedada sua utilização para reavaliação do imóvel, alteração de planta genérica de valores ou qualquer outro mecanismo que implique majoração indireta do tributo. Altera a numeração dos seguintes artigos do Projeto de Lei: art. 4º: As despesas decorrentes da



execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário. Art. 5º: Esta Lei revoga toda a legislação em contrário e entra em vigor na data de sua publicação”. O senhor vereador Wesley de Jesus Silva solicitou que constasse em Ata seu voto de forma nominal, tanto na emenda quanto no projeto. O Senhor Presidente colocou em votação a emenda apresentada, em discussão o vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro disse ser contrário ao projeto e justificou dizendo que fez alguns levantamentos e o que o preocupou, mesmo o vereador Wesley de Jesus tendo levado informações buscando prevenir o aumento do tributo municipal em relação aos contribuintes, mas disse ter algumas considerações a se fazer de ordem constitucional e administrativa e, também, como gestor público. Disse que, em relação à função administrativa e separação de poderes. Informou que quando veio a reforma tributária, inclusive o Supremo Tribunal Federal já decidiu que é constitucional e é autorizado aos prefeitos municipais fazerem essa autorização, sente um pouco de receio na hora que a Câmara Municipal traz para si uma competência que é determinada para o prefeito municipal. Disse acreditar que fere um pouco o princípio da separação dos poderes, ultrapassa a função do Legislativo e invade a esfera típica da administração pública, ferindo essa harmonia. Falou que o engessamento técnico-operacional que se pretende com a legislação é um travamento institucional. Informou que a legislação estaria retirando do prefeito municipal a condição que ele tem de fazer o gerenciamento no dia-a-dia, principalmente das questões tributárias. Falou acreditar não ser muito adequado trazer essa definição para a Câmara



Municipal seja razoável, uma vez que acredita que o prefeito faz uma gestão muito adequada em relação aos tributos municipais e de uma maneira muito responsável. Disse querer evitar que o que ocorre no Congresso Nacional ocorra no município, que é o sequestro de competência relacionado ao Presidente da República, ao Poder Executivo de uma maneira geral, fortalecendo o Poder Legislativo, porém o avanço do Poder Legislativo a questões típicas do Poder Executivo o constrange em votar esse projeto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal já compreendeu que é prerrogativa municipal realizar qualquer tipo de ajuste, para que faça as atualizações tributárias no município. Afirmou votar contrário ao projeto. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo disser ser contrário ao projeto por conta da Emenda Constitucional nº 132/2023, que autoriza o Executivo a atualizar a base de cálculo do IPTU conforme critérios definidos em lei municipal - Isso já está previsto na Constituição. O Senhor Presidente colocou em votação a emenda apresentada. A emenda foi rejeitada por dez votos contrários e dois favoráveis. O Senhor Presidente colocou em votação o projeto de lei nº 2.542/2025, autoria vereador Wesley de Jesus Silva. Projeto rejeitado por doze votos contrários e um favorável. O projeto foi encaminhado ao arquivo. 2) Projeto de Lei nº 2.556/2025, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece diretrizes para a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, na rede pública municipal de educação no âmbito do Município de Nova Lima”. O Senhor vereador Wesley de Jesus Silva solicitou adiamento de votação para que os vereadores possam analisar melhor a emenda apresentada. 3) Projeto de Lei nº 2.557/2025, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de



Regularização Tributária – PERT e Remissão Fiscal, no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu a leitura da emenda apresentada pelo vereador Thiago Felipe de Almeida: “Emenda modificativa 01/2025 ao projeto de lei nº 2.557/2025: ‘Art. 1º: Altera a redação do caput do art. 2º do projeto em epígrafe, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 2º O Programa Especial de Regularização Tributária – PERT destina-se a promover a regularização de débitos de natureza tributária e não tributária do sujeito passivo, inclusive aqueles decorrentes da aplicação de multas e penalidades por infrações administrativas de competência municipal, tais como ambientais, urbanísticas, de posturas, sanitárias, relativas ao funcionamento de atividades econômicas e ao uso de bens e serviços públicos, abrangendo os débitos’; Art. 2º - Altera a redação do inciso I do § 1º do art. 7º do projeto em epígrafe, que passa a vigorar com a seguinte redação: I – Pagamento à vista: para pagamento total da dívida consolidante em até 10 (Dez) dias após o requerimento de adesão ao PERT haverá redução de: a) 99% (noventa e nove por cento) dos juros de mora e multas de mora para os tributos municipais; Art. 3º - Altera a redação do inciso II do § 1º do art. 7º do projeto em epígrafe, que passa a vigorar com a seguinte redação: III – Pagamento parcelado: Entrada – Deverá ser pago o valor de 20% (vinte por cento) da dívida consolidada em até 10 (Dez) dias de adesão ao PERT e o saldo remanescente parcelado em uma das opções abaixo: a) Em até 12 (dode) meses com desconto de: 1. 70% (setenta por cento) dos juros de mora e multas de mora para os tributos municipais; 2. 40% (quarenta por cento) das multas punitivas (auto de infração); b. De 13 (treze) a



24 (vinte e quatro) meses, com desconto de: 1. 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e multas de mora para os tributos municipais; 2. 30% (trinta por cento) das multas punitivas (auto de infração)”. O senhor vereador Wesley de Jesus Silva solicitou adiamento de votação para melhor análise da emenda apresentada, aprovada em Plenário por treze votos. 4) Projeto de Lei nº 2.535/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Autoriza e institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua do Município de Nova Lima, do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou leitura de emenda apresentada pela Comissão de Direitos Humanos. Emenda modificativa: “Art. 1º - Altera a redação do inciso IX, artigo 3º, do Projeto de Lei em epígrafe, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘IX – incentivo à construção da autonomia e à saída da situação de rua por meio de programas com foco em promoção e restabelecimento da saúde integral, desenvolvimento socioemocional, inclusão produtiva e geração de renda incentivadas ou não através de bolsas de formação e moradia digna. Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário”. O senhor vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou que constassem as assinaturas dos vereadores Abner Henrique Santana Soares e Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a emenda apresentada – a emenda foi aprovada por treze votos. O Senhor Secretário realizou a leitura da emenda apresentada pelo vereador Adilson Moraes Braga: “Emenda Supressiva Modificativa: Suprime o parágrafo 5º do artigo primeiro do Projeto de Lei 2.535/2025”. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação a emenda



apresentada – a emenda foi aprovada por treze votos. Por deliberação plenária, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o projeto de lei com as emendas aprovadas. Em discussão, o senhor vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro destacou a importância do projeto juntamente com o trabalho da Comissão de Direitos Humanos. Informou que a lei está corrigindo um erro e que tem que chamar todos para o centro da discussão. Falou que, atualmente, a política pública somente está fazendo atendimento, mas não está apresentando porta de saída e a legislação fala sobre a saída da situação de rua, por meio de programas com foco na promoção e no restabelecimento da saúde integral, desenvolvimento sócio- emocional. Falou que os moradores perderam mais do que a casa, mais do que a situação financeira — eles perderam a esperança, perderam a capacidade de acreditar que o mundo pode ser melhor, que a vida deles pode ser melhor. Citou a Rede Cidadã, por exemplo, em Belo Horizonte, faz um trabalho belíssimo de resgate socioemocional dessas pessoas, para que compreendam que suas vidas têm valor e que alguém se importa com elas. Falou também sobre a inclusão produtiva e geração de renda, seja incentivada ou não, por meio de bolsas de formação. Falou também sobre moradia, pois não há dignidade sem moradia - A Secretaria de Habitação precisa compreender que, além do déficit habitacional que a cidade já enfrenta, é necessário refletir com tranquilidade e generosidade: essas pessoas não podem morar na rua. O vereador Wesley de Jesus Silva comentou que acredita que a política pública está para ‘inglês ver’ e lembrou que diretrizes estão sendo criadas e não se busca uma resolução dos casos. Parabenizou o vereador Adilson Moraes pelo projeto, que pode colocar Nova



Lima em um grau elevado de atenção à política para moradores em situação de rua — dando dignidade a eles e garantindo segurança aos munícipes, para que possam transitar com tranquilidade e viver em paz, como sempre viveram e desejam continuar vivendo. O vereador Abner Henrique Santana Soares parabenizou os vereadores Adilson Moraes e Pedro Dornas que têm lutado pela pauta, juntamente com o vereador Silvânio Aguiar. Citou um compromisso de campanha, o projeto ‘Dignidade nas Ruas’, que acredita de depois de envolvidas todas as secretárias, a porta de saída é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através do emprego, para que as pessoas possam se qualificar e estarem prontas para um emprego ou empreender. O vereador Silvânio Aguiar Silva cumprimentou o vereador Adilson Moraes e citou que todos os vereadores se uniram para que a administração se mova no sentido de mudar para melhor a vida das pessoas, parabenizou o vereador Pedro Henrique Dornas por levar os vereadores à instituições e isso tem sido muito rico, tem sido de um aprendizado muito grande. O vereador Ismael Soares da Cruz parabenizou o vereador Adilson Moraes e acrescentou que há um projeto protocolado que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com instituições de reabilitação. Falou da importância de se criar portas de saída para pessoas em situação de rua, porque vai fortalecer outras leis no mesmo sentido. O vereador Joselino Santana Dias parabenizou todos os vereadores. Disse que é uma pauta complicada, pois é uma questão mundial de saúde pública, de tratamento. Disse que todo morador de rua precisa de tratamento psiquiátrico e isso depende dos prefeitos, deputados e que se não tratar o morador de rua de onde estiver e ele só poderá sonhar se for tratado. O vereador Nilton



da Cruz Oliveira parabenizou os vereadores Adilson Moraes e Pedro Dornas, por acreditar que toda tentativa é válida, porém, disse concordar com os vereadores Joselino Santana e Ismael Soares, há que ter tratamento, porém não se pode internar a pessoa à força, citou que o município tem que ter um centro de tratamento eficaz. O vereador Wesley de Jesus Silva disse querer fazer justiça, pois fez uma fala sobre o serviço público e lembrou que o servidor Matheus Abalém explicou aos vereadores como é o trabalho, o vereador Álvaro Azevedo, como antigo gestor também explicou, diversos servidores explicaram que fizeram a própria parte enquanto Secretaria de Desenvolvimento Social, fizeram da melhor forma, mas esbarraram no que foi dito de forma brilhante pelo vereador Joselino Santana, que o serviço público de saúde de Nova Lima não atende à necessidade e a demanda. Relembrou a fala da Secretária Alice que gerou preocupação ao vereador, por mostrar que a Saúde está fora de sintonia com essa pauta dos moradores de rua – ela disse: “o posto de saúde referência tem preconceito em atender ao morador de rua” e isso é a demonstração de que não adianta só fazer lei, fazer o programa, se não os colocar para funcionar. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo lembrou a fala do vereador Wesley de Jesus de que a Saúde precisa se envolver nesse tema, pois a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social é dar assistência a quem dela precisa. Disse que há pessoas que o culpam por ter trazido os moradores de rua para o município. Parabenizou o vereador Joselino Santana Dias pela fala, pois ninguém, por mais humilde que seja, escolhe, em sua consciência, morar na rua. Disse que é preciso separar o que é doença e o que não é - Quem for doença, dá oportunidade para cuidar — seja em clínica,



seja com o CAPS funcionando de forma mais adequada. Disse que existe uma casa de passagem em Nova Lima que não contempla todas as vagas que estão abertas, a pessoa tem um lugar para ficar durante o dia e à noite, mas ela não quer, ela opta por ficar na rua. Falou que tem que ajudar quem precisa — e quem não precisa, é fazer uma linha mais dura. Alertou que o que não se pode permitir é que pessoas utilizem esse espaço, essa política, essa bandeira, para se esconder e praticar criminalidade. O vereador Anísio Clemente Filho disse que todas as falas foram perfeitas, mas é necessário também o acolhimento familiar, ter levantamento – não basta fazer tudo e não ir à família do morador de rua. A vereadora Viviane Gomes de Matos questionou o que as pessoas estão fazendo junto da Educação, junto da Saúde por essas pessoas. Falou que o maior gargalo da assistência não são os moradores de rua, são as casas de acolhimento para crianças e ambos são tópicos necessários - Quando uma criança apresenta um distúrbio escolar ou de postura, ela já precisa ser acolhida pelo sistema de saúde em outro formato. Tem-se diversas ações dentro da Secretaria de Educação para abraçar essa criança pedagogicamente, mas há outras ações que precisamos ampliar. Citou o vereador Silvano Aguiar, para que trazer esse tópico para que se possa ampliar o olhar para além da questão dos moradores de rua. Questionou: como pode-se fazer uma prevenção com pessoas que estão pedindo socorro, que ainda não estão nessa situação, mas que, se não forem atendidas por políticas públicas, chegarão ao mesmo impasse? Disse que, principalmente pós-pandemia, a sociedade está pedindo socorro: O problema de moradia não é só do morador de rua. Questionou quantas mães estão criando seus filhos sem casa, sem



estrutura, sem apoio de saúde, sem apoio emocional? Quando se analisa a LDO, LOA e PPA, não viu evidência de investimentos pontuais nessas áreas. O vereador Gliverson Junio Dias Marques disse que é um debate extenso e tem visto o grande empenho de cada vereador em querer trazer uma solução para os moradores de rua do município. Disse que considera um passo de extrema importância convocar as secretarias do governo para um diálogo. Disse que o diálogo enriquece e constrói algo positivo para o município. Concordou com o vereador Joselino Santana da necessidade de um tratamento para os moradores de rua e o apoio familiar sustenta e favorece tudo o que é de benefício para os moradores. Afirmou que a saúde mental tem que ser vista com muito carinho. Falou que a Comissão de Saúde está à disposição. O vereador Adilson Moraes Braga esclareceu que ficou muito feliz pela discussão que ocorreu na reunião e concordou com tudo o que foi falado. Agradeceu a contribuição de todos pelas falas e sugeriu que o projeto saia pela Casa, se todos concordarem. O vereador Ismael Soares da Cruz parabenizou o vereador Joselino Santana e falou sobre o desafio Brow, sobre uma senhora chamada Marly que solicitou sua internação, pois muitas vezes a pessoa que está na rua foi ao extremo. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro pediu desculpas ao solicitar novamente a fala, porém, ‘por amor ao debate’ disse precisar fazer mais uma consideração. Disse não querer que essa discussão ficasse num ponto em que achássemos que existe uma “bala de prata”. Falou que, às vezes discutem e fala-se que a saúde é o ponto central — e é mesmo — mas é importante compreender que o que leva uma pessoa à situação de rua é multifatorial. Falou que, de acordo com pesquisa com moradores em



situação de rua, os principais fatores são: “1. Desemprego ou precarização do trabalho. Precisa-se de políticas que gerem emprego e renda. 2. Rompimento de vínculos familiares. Às vezes consegue-se refazer vínculos, às vezes não. 3. Falta de acesso à moradia digna. Aluguéis caros, despejo, ausência de políticas habitacionais. 4. Transtornos mentais ou psicológicos, Depressão, esquizofrenia, bipolaridade, ausência de políticas públicas de saúde mental. 5. Dependência de álcool e drogas essas são as principais razões - Não se pode achar que uma política só resolve tudo. Há pessoas nas ruas que estão em condição de ingressar no mercado de trabalho — não são todas, mas existem — e precisam de uma porta imediata, diferente de um tratamento de saúde”. Falou que é necessário levar essa discussão mais profunda com ações: ‘pe preciso envolver a Secretaria de Saúde, o Judiciário, o Executivo e o Legislativo num só foco, num só caminho. O Senhor Presidente solicitou a extensão o horário da reunião e mais vinte minutos, devido ao adiantado da hora. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo questionou o vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro se a pesquisa é sobre Nova Lima, pois quando ele fala de morador de rua, é sobre Nova Lima, pois a Saúde é a realidade do município. O Senhor Presidente disse que não se sentiria confortável se não falasse sobre o tema tão importante. Lembrou que há oito anos estava se discutindo sobre os moradores de rua em frente à praça, que se chamavam: “ariranha” e foi criado o “Espaço Cidadania”. Questionou quantos moradores de rua e não são moradores de rua, quantos cidadãos procuram os gabinetes para internarem seus familiares e essas pessoas não querem ser internadas. Disse que o número de moradores



de rua aumentará se as ações não forem mais efetivas, pois há um problema estrutural, se a prefeitura, a Câmara, o Ministério Público não se unirem, isso não se resolverá. Relembrou que o CAPS está lotado, a população está doente e que é necessário unir os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Fez um pedido aos vereadores para que todos possam levar essas ações mais efetivas e que todos tenham um só foco, ações e políticas públicas em conjunto. Parabenizou o vereador Adilson Moraes pelo projeto. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por treze votos. Em segunda e última votação, o projeto foi aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Por deliberação plenária o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.558/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Dispõe sobre a inclusão do evento cultural anual ‘Fogueirão da Boa Vista’ no Calendário Oficial de Eventos do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por treze votos. Em segunda e última votação, em discussão, o vereador Gliverson Júnio Dias Marques falou que o Fogueirão é uma prática da comunidade do Boa Vista em Nova Lima, transmitida de geração em geração, surgiu a partir da fé católica dos moradores que homenageavam santos como Santo Antônio, São João, São Pedro e Santa Ana com fogueiras. Agradeceu a aprovação do projeto, pois a comunidade aguarda há muitos anos. A vereadora Viviane Gomes de Matos concordou com a fala do vereador Gliverson Marques, parabenizou-o pelo projeto e por permiti-la assiná-lo conjuntamente, convidando os vereadores a participar do evento. Em segunda e última votação, o projeto foi aprovado por doze votos e encaminhado à sanção. Por deliberação plenária, o Senhor



Presidente colocou o Projeto de Decreto Legislativo nº 480/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Fabrício Souza Ribeiro” em votação. Em primeira e única votação, o projeto foi aprovado por doze votos e encaminhado à Promulgação. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação as moções, conforme acordado com os vereadores anteriormente. O vereador Anísio Clemente Filho solicitou moção de aplausos para Juliana Denis Couto e Denis Augusto Nunes Valle, cidadãos nova-limenses que integram a equipe científica do projeto internacional CLASS, responsável por um dos marcos mais importantes da astrofísica mundial. Moção de aplausos aprovada por onze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares solicitou envio de moção de aplausos prestando homenagens a Sandra Magalhães, ao Lucas Magalhães, José Cláudio, destaque enquanto empreendedores, colocando Nova Lima como referência no cenário nacional e, em breve, internacional, valorização do empreendimento local, Colt Brew – cervejaria Artesanal; Nano Cervejaria Nova-Limense, fundada em setembro de 2019, Lucas Magalhães é sócio administrador, espaço físico no Mercado de origem, no bairro Olhos d’água, é destaque e excelência em nosso município. Moção aprovada por treze votos. O Senhor Presidente solicitou ao Plenário mais dez minutos para que o vereador Adilson Moraes Braga fizesse seu requerimento. O senhor vereador solicita ao Poder Executivo, que envie para o gabinete as informações que descreve sobre a fundação hospitalar Nossa Senhora de Lourdes: A prestação de contas dos últimos 5 (cinco) anos da entidade hospitalar; Cópia do Estatuto e Regimento Interno da entidade; Relatório de Renumeração de todos os



membros da diretoria da entidade; Relação de médicos, enfermeiros e profissionais de saúde que são renumerados pela Fundação; Origem das verbas que constituem a arrecadação mensal da unidade hospitalar, pública ou privada; Cópia dos contratos e convênios firmados pela instituição. Requerimento aprovado por treze votos. O Senhor Presidente informou que não havia apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos. _____